



# JARDIM OLINDA

*Capital da Simpatia*

LEI N° 817/2017

**EMENTA:** "Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho Gestor do FMHIS, conforme específica."

**LUCIMAR DE SOUZA MORAIS, PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Esta Lei cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho Gestor do FMHIS.

## CAPÍTULO I DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

### Seção I Objetivos e Fontes

**Art. 2º.** Fica criado o Fundo de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social direcionadas à população de menor renda.

**Art. 3º.** O FMHIS é constituído por:

- I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;
- II – outros fundos ou programas que forem incorporados ao FMHIS;
- III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;



# JARDIM OLINDA

*Capital da Simpatia*

ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacional ou internacional;

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;

VI – outros recursos que lhe forem destinados.

## Seção II Do Conselho Gestor do FMHIS

**Art. 4º.** Fica instituído o Conselho Gestor do FMHIS, órgão de caráter deliberativo, que atua na gestão da política habitacional do Município de Jardim Olinda, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 12 da Lei Federal nº 11.124, de 2005, e alterações posteriores.

**Art. 5º.** O Conselho Gestor do FMHIS será composto por 08 (oito) conselheiros, conforme segue:

I – 04 (quatro) representantes governamentais;  
II – 02 (dois) representantes de entidades da sociedade civil organizada; e

III – 02 (dois) representantes de movimentos populares comunitários.

**§ 1º.** A escolha dos membros do Conselho Gestor do FMHIS oriundos de entidades da sociedade civil organizada e de movimentos populares será regulamentado por Decreto a ser expedido pelo Poder Executivo Municipal.

**§ 2º.** Os membros do Conselho Gestor do FMHIS representantes governamentais serão indicados pelo Executivo Municipal.

**§ 3º.** A Presidência do Conselho Gestor do FMHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH.

**§ 4º.** O Presidente do Conselho Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

**§ 5º.** O Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH disponibilizará os meios necessários para o funcionamento e o exercício das competências do Conselho Gestor do FMHIS.

**§ 6º.** Para cada conselheiro titular, será indicado um suplente.



### **Seção III Das Aplicações dos Recursos do FMHIS**

**Art. 6º.** As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas como de interesse social;

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social, ou em regiões carentes do Município de Jardim Olinda;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – remoção de moradias em área de risco e reassentamentos;

VIII – despesas cartoriais e de registros decorrentes do processo de regularização fundiária, bem como desapropriações que se fizerem necessárias;

IX – contratação de serviços, convênios ou termos de cooperação referentes à execução de projetos habitacionais e de regularização fundiária; e

X – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FMHIS.

**Parágrafo único.** Será admitida a aquisição de imóveis para implantação de projetos habitacionais de interesse social.

### **Seção IV Das Competências do Conselho Gestor do FMHIS**



# JARDIM OLINDA

*Capital da Simpatia*

**Art. 7º.** Ao Conselho Gestor do FMHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipais de habitação;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;

III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – deliberar sobre as contas do FMHIS;

V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares aplicáveis ao FMHIS nas matérias de sua competência;

VI – apresentar ao Prefeito Municipal proposta de regularização fundiária e habitação no município de Jardim Olinda, em consonância com o Plano Diretor do Município, Estatuto das Cidades e Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e suas posteriores alterações;

VII – aprovar seu regimento.

**§ 1º.** As diretrizes e os critérios previstos no inciso I do "caput" deste artigo deverão observar as normas emanadas pelo Conselho Gestor do FMHIS, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 2005, e alterações posteriores, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

**§ 2º.** O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e a fiscalização pela sociedade.

**§ 3º.** O Conselho Gestor do FMHIS promoverá audiências públicas e conferências representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

## CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8º.** Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.



# JARDIM OLINDA

*Capital da Simpatia*

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei 467/2007 de 29 de junho de 2007.

Jardim Olinda, 19 de dezembro de 2017.

LUCIMAR DE SOUZA MORAIS  
Prefeita Municipal